

Georn@l

Informativo Eletrônico da Associação Profissional dos Geólogos de Pernambuco - AGP

Ano I - Número 02 - Março/2006



Atribuições Profissionais



Este ano de 2006 começa com bastantes novidades na área da geologia, tanto para os profissionais de nível superior (geólogos) como para os de nível médio (técnicos).

A **Comissão do Exercício Profissional (CEP)** do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA encerrou o ano de 2005 com uma grande conquista: reformulou a Resolução 218, transformando-a na 1.010, que trata sobre as atribuições profissionais.

A Resolução 218, de 1973, discriminava as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, bem como as competências dos profissionais de acordo com a sua área de formação, e disciplinava no art. 25 que as competências decorrem da graduação do profissional e ensejam a extensão das atribuições desde que sejam na mesma modalidade, tudo em consonância as disposições da Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

A Resolução 1.010, aprovada pelo Plenário do Confea em 22 de agosto de 2005 em substituição à Resolução 218, de 1973, objetiva estabelecer normas estruturadas dentro de uma concepção matricial para a atribuição de títulos profissionais, atividades e competências no âmbito da atuação profissional, para efeito de fiscalização do exercício profissional das profissões inseridas no Sistema Confea/Crea. Adota o princípio da flexibilização que caracteriza as atuais diretrizes curriculares nacionais, no sentido de conceder título, atribuição e competência profissional.

No site do CONFEA (www.confea.org.br) você encontrará a nova Resolução, na íntegra, além de outros documentos, como leis (principalmente a Lei 4.950-A), decretos, código de ética e muito mais. Visite e aproveite para fazer o cadastramento profissional.

Agora, os geólogos podem assinar por lavras a céu aberto de areia, argila e outros, além da água mineral. Nada mais justo.

No próximo número deste informativo, destacaremos as atribuições profissionais do Geólogo, constantes no Anexo da Resolução 1.010. Você constatará diferenças, consideradas grandes vitórias da FEBRAGEO e dos geólogos que batalharam pela mudança.

A **Comissão de Assuntos Sociais** do Senado (CAS) aprovou, em 15 de dezembro de 2005, projeto de lei do Senado, nº 227/05, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que altera a Lei 4.950-A/66, para estender aos técnicos de nível médio inscritos nos CREAs o piso salarial mínimo.

No caso, o projeto prevê que o piso salarial dos técnicos corresponderá a 66% da maior remuneração prevista aos profissionais de nível superior, nos termos da Lei 4.950-A. Com isso, um profissional de nível técnico deverá passar a receber, por seis horas de trabalho, o correspondente a, aproximadamente, quatro salários mínimos e, no caso de oito horas de trabalho, o equivalente a quase cinco salários e meio.

Parabéns à nossa classe.

Antônio Christino Pereira de Lyra Sobrinho
Geólogo DNPM - Editor Chefe Georn@l

Expediente

Associação Profissional dos Geólogos de Pernambuco
Estrada do Arraial, 3824 - Casa Amarela - Recife/PE
CEP 50070-000 - Caixa Postal 7.680
Fone (81) 4009.5477 - Fax (81) 4009.5777
Site: <http://www.agp.org.br>

Conselho Editorial:

Antônio Christino P.L. Sobrinho (antonio.christino@dnpm.gov.br)
Ebenezer Moreno de Souza (emoreno@hotlink.com.br)
Lucila Ester Borges (ester@ufpe.br)
Ricardo Pereira (ricardompereira@hotmail.com)
Saulo de Souza Leite (jsl7@terra.com.br)
Waldir Duarte Costa Filho (waldir@re.cprm.gov.br)



Veja nesta edição:

Ampliar o número de Geólogos inscritos no CREA/PE

Editorial: Por que os geólogos de Pernambuco estão pouco participativos?

Onde você está? Atualize seus dados cadastrais

Informes da Diretoria

Oportunidades de trabalho

GeoNotícias



Visite o site da AGP
www.agp.org.br



Ampliar o número de Geólogos no CREA-PE

Uma das metas da atual diretoria da AGP é ampliar o número de Geólogos inscritos e pagantes da anuidade ao CREA/PE. A meta de curto prazo é ampliar a representatividade da AGP, haja vista que apenas uma minoria dos cerca de 200 associados constam da listagem do CREA/PE na condição de "registrados e quites".

A médio ou longo prazo o objetivo é ampliar a representação de um para dois conselheiros titulares. Isto só será possível quando atingirmos o quantitativo de 400 profissionais registrados e quites.



Editorial

Por que os Geólogos de Pernambuco estão pouco participativos ?

Conforme foi amplamente divulgado, a AGP promoveu, no dia 11 de agosto, no restaurante do Círculo Militar do Recife, o 1º Geo-Encontro Técnico-Social, mesa redonda sobre o tema "**Atribuições Profissionais**". Os expositores foram os colegas Marinho Alves da Silva Filho (Conselheiro do CREA/PE, como representante titular da AGP) e Mário Lima Filho (Professor do DEGEO/CTG/UFPE). Diante do pequeno número de participantes (SEIS), a diretoria decidiu analisar porque a frequência foi tão baixa e rever a estratégia de mobilização a ser adotada. No primeiro momento o sentimento reinante foi de frustração, pois apesar do grande esforço de divulgação, o retorno alcançado foi insignificante.

Por que será que a nossa categoria aqui em Pernambuco, historicamente tão participativa e politizada, dá sinais tão evidentes de desmobilização e alienação ? Pelo menos três linhas de raciocínio podem ser a justificativa.

Uma linha de raciocínio influenciada por um viés político de esquerda levaria a explicar esses fatos, como reflexo da crise porque passa a quase totalidade das entidades de classe, em virtude da predominância da visão neoliberal de valorizar o individual em detrimento do coletivo, de incentivar o consumismo, dar prioridade ao ter frente ao ser. Numa outra linha de raciocínio podemos atribuir à incapacidade e incompetência da(s) diretoria(s) para atrair os associados que, por sua vez, não enxergariam ganhos políticos ou pecuniários decorrentes da sua participação na AGP, ou da ação desta. Uma terceira linha de raciocínio que vale a pena analisar, mas que para alguns pode parecer loucura, é se a apatia dos associados não se deve ao fato da definição de atribuições, que nós militantes da AGP e do CREA, reputamos tão importante, na vida real tem pouca importância. Ou seja, as mudanças aventadas nas normas legais que definem as atribuições profissionais teriam pouca, ou nenhuma, influência sobre o mercado de trabalho dos Geólogos.

Em defesa desta terceira linha de raciocínio, pode-se argumentar por exemplo, que atualmente apenas uma minoria dos Geólogos está inscrita nos CREAs e efetua regularmente a Anotação de Responsabilidade Técnica ART's dos seus trabalhos. Ou seja, embora a maioria atue à margem do Sistema CONFEA/CREA's consegue sobreviver profissional e pessoalmente. Sob essa ótica o desinteresse dos colegas pelo tema seria uma correta avaliação da irrelevância dos dispositivos legais de regulamentação da profissão para o seu efetivo desempenho.

Está aberto o debate, a diretoria da AGP deseja ouvir a opinião dos colegas, seja pessoalmente participando das reuniões ordinárias, que se realizam sempre às 18h30 da primeira quinta feira do mês no Restaurante do Círculo Militar, seja através de e-mail, telefone ou carta.

Antônio Christino Pereira de Lyra Sobrinho
Geólogo DNPM - Editor Chefe Georn@I



Onde está você ?

ATUALIZE SEUS DADOS CADASTRAIS !

Para receber as comunicações da AGP é fundamental que o colega Geólogo nos informe o seu endereço eletrônico.

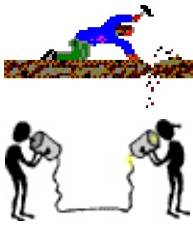
Se algum colega próximo de você não está recebendo as correspondências, peça pra ele entrar contato conosco, informe a ele o nosso e-mail.

**TODA ÚLTIMA
QUINTA-FEIRA
DO MÊS, A
AGP ESTÁ
REALIZANDO
UM
HAPPY-HOUR.
PARTICIPE !!!
Clube Militar
de
Pernambuco**

ANUNCIE AQUI!!

☎ (81) 3463.1506
9172.5815

wintonjunior@uol.com.br



Informes da Diretoria

REUNIÕES

As reuniões de Diretoria são abertas à participação dos associados e se realizam no Restaurante do Círculo Militar do Recife (Av. Agamenon Magalhães), sempre às 18h30 da primeira quinta-feira de cada mês. Veja abaixo o calendário para o primeiro semestre de 2006.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES DA DIRETORIA 1º/2006

MÊS	DATA
JANEIRO	FÉRIAS
FEVEREIRO	02/02
MARÇO	09/03
ABRIL	06/04
MAIO	04/05
JUNHO	01/06

SECRETARIA

Por medida de economia e buscando dar maior agilidade, toda a comunicação da AGP está e será realizada por e-mail. Daí porque é fundamental que os colegas informem os seus endereços eletrônicos, e os mantenham atualizados. Contatos podem ser feitos com Lucila Éster (UFPE - ester@ufpe.br).

TESOURARIA

A participação dos associados é fundamental para a AGP, seja no encaminhamento e discussão de propostas, seja ajudando a transformar as propostas em realizações concretas.

Para a sua manutenção, a AGP necessita de recursos financeiros onde, a principal

receita é a anuidade de R\$ 60,00, e que pode ser efetuada em duas parcelas de R\$30,00.

Por motivos operacionais, o pagamento só poderá ser feito em depósito na conta corrente, ou cheque nominal.

AGP - Associação Profissional dos Geólogos de Pernambuco

Banco: BRADESCO

Agência: Casa Amarela 3205-0

Conta corrente: 444.573-2

Outra receita importante vem da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica. Sempre que os colegas preencherem o formulário lembrem-se de destinar 10% do valor da mesma para AGP. O CREA/PE se encarrega de repassar os recursos.

Qualquer esclarecimento adicional poderá ser obtido junto aos tesoureiros colegas Waldir Filho (waldir@re.cprm.gov.br) ou Victor Hugo (victor.santos@cimentopoty.com.br).

REPRESENTAÇÕES

A AGP foi convidada a participar, como membro especial, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA - do Estado de Pernambuco. Devido à urgência da indicação de seu representante, a diretoria da AGP, em reunião extraordinária realizada no mês de janeiro passado, indicou o Geólogo Waldir Duarte Costa Filho, para assumir a titularidade dessa cadeira.

Na primeira reunião deste Conselho, no dia 07 deste mês, Waldir Filho tomou posse, juntamente com os demais integrantes, e foi inscrito para representar a AGP na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas.

Outros geólogos participam também deste Conselho, como Waldir Duarte Costa e Helena Magalhães Porto Lira, como titular e suplente, respectivamente, pela Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS - Núcleo Pernambuco, e Antônio de Freitas, como suplente pelo Sindicato de Poços de Pernambuco.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 01 deste mês, foram eleitos os geólogos João de Castro Mascarenhas e Waldir Duarte Costa Filho, para representá-la junto ao CREA-PE, no período de 2006-2008, nos cargos de Conselheiro Titular e Suplente, respectivamente, na Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas.

No dia 15 passado, em Plenária, foram empossados e incluíram seus nomes em duas Comissões: João Mascarenhas participará da Comissão do Terço, enquanto Waldir Filho, da Comissão de Meio Ambiente. Ainda, João Mascarenhas também assumiu, no dia 22 passado, a presidência da Câmara para este ano.

Portanto, como vêem, estamos bem representados e vamos cobrá-los pelos interesses da classe.



Oportunidades de Trabalho

OPORTUNIDADES DE TRABALHO

HIDROGEÓLOGO SÊNIOR



Empresa multinacional de consultoria para Minerações

Exigências:

- Superior Completo em Engenharia de Minas ou Geologia;
- Formação complementar em: hidrologia ou hidrogeologia;
- Inglês fluente;
- Disponibilidade de viagens;
- Experiência sólida no mercado de atuação.

Atividades: Coordenar e orientar a equipe técnica, no escritório e em campo, na implantação de obras de projetos de recursos hídricos e multidisciplinares (hidrologia, projetos ambientais, cavas, pilhas, barragens...) gerindo recursos disponíveis para a emissão dos produtos de engenharia dentro do prazo e qualidade acertados com o cliente.

Contato: E-mail para Ana Cristina: anacristina@dasein.com.br
www.dasein.com.br
 Fone: (31) 3291-5100

MINERAÇÃO - EXPLORAÇÃO MINERAL

Empresa de mineração de grande porte procura geólogo júnior com experiência acima de 2 anos em atividades de exploração mineral para trabalhar com mapeamento geológico, sondagens, geoquímica, geofísica, elaborar relatórios e controles orçamentários e identificar novas jazidas.

Necessário conhecimento de softwares básicos de geologia.

Trabalho em regime de folga 20/10 (20 de campo, 10 de folga).

Enviar Curriculum Vitae com pretensão salarial para william.vieira@msarh.com.br

CONCURSO IAG/USP

Encontra-se aberto concurso para professor doutor, regime RDIDP, referência MS3 no IAG/USP pelo prazo de 60 dias a contar de 17/fev/2006.

Mais informações em www.iag.usp.br/geofisica

PROFESSOR SUBSTITUTO

Está aberto processo de seleção para professor substituto na área de Geotecnia do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília.

Informações: Secretaria do Departamento com Elma. Fone: (61) 3307.2301

PETROBRÁS

JORNAL DO COMÉRCIO

Economia (23/02/2006) Página: 02.

Petrobras contratará 10 mil pessoas até 2008

Empresa está trocando terceirizados por empregados diretos e repondo as vagas de funcionários que pediram aposentadoria. Desde 2002, já contratou 10 mil pessoas por concurso público

RIO – A Petrobras vai contratar 10 mil trabalhadores diretos até 2008, disse o gerente executivo de Recursos Humanos, Heitor Chagas de Oliveira. Segundo ele, desde

2002 já foram contratadas outras 10 mil pessoas (todos por meio de concurso público) somando um quadro atual de 42 mil trabalhadores.

“A Petrobras ficou de 1989 até 2001 sem abrir uma nova vaga sequer e terceirizando serviços que deveriam ser feitos por trabalhadores diretos da empresa. Isso reduziu nosso quadro de 62 mil para 32 mil pessoas no período e provocou uma evasão dos mais experientes que se aposentaram e não foram repostos”, afirmou.

O diretor afirmou que a estatal vive hoje um cenário diferente. “Em vez de terceirização, estamos promovendo a primeirização, fazendo contratações sob três vertentes: a reposição de trabalhadores aposentados, o atendimento à expansão da empresa e ainda a incorporação de áreas hoje terceirizadas”, admitiu.

TRANSIÇÃO – Heitor Chagas de Oliveira disse, porém, que a empresa não está reduzindo seus quadros terceirizados. “Não há qualquer compromisso da empresa em mandar embora um funcionário terceirizado, porque seria estupidez substituir uma pessoa com experiência por outra sem. A idéia é que haja um período de transição para que esses quadros sejam substituídos paulatinamente e de maneira gradativa, à medida em que vão se aposentando ou deixando a empresa”, afirmou.

Segundo ele, há uma preocupação da estatal em promover a educação e melhora na formação profissional de seus contratados. No total, informou são gastos cerca de R\$ 200 milhões com programas educacionais.



**CONFEA ESTUDA A
REGULAMENTAÇÃO DA
PROFISSÃO DE ENGENHEIRO
DE EXPLORAÇÃO E
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO**

Encontra-se em andamento uma grave tentativa de invasão do mercado de trabalho dos geólogos e geofísicos na área de petróleo. Veja abaixo algumas informações sobre o assunto. Para mais dados contactar a agus@igc.usp.br. Geosaudações AGUSP

Recentemente, o CONFEA divulgou entre os CREAs uma proposta de resolução para a concessão de atribuições à profissão de engenheiro de exploração e produção de petróleo. A proposta de resolução prevê as seguintes atribuições para esse profissional:

- a) Mecânica dos solos
- b) Sedimentologia
- c) Geologia de petróleo
- d) Métodos de exploração de petróleo
- e) Métodos de produção de petróleo

Considerando os evidentes conflitos com as atividades exercidas pelos geólogos e geofísicos na área de exploração (prospecção) de petróleo a proposta foi rejeitada pela Câmara de Geologia e Minas do CREA/SP no dia 18/jul/2005. Entretanto, mesmo que a proposta não seja aceita por nenhum CREA, ainda assim o CONFEA deverá regulamentar

a profissão de engenheiro de exploração e produção de petróleo, por força da legislação.

O Curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo é mantido pelo LENEP - Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo da UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense. Consta no site do LENEP, que já formou 88 profissionais desde 1998, a seguinte justificativa para o curso: A indústria do petróleo no Brasil, dada a sua alta especialização, nunca dispôs de um profissional de nível superior apto a desenvolver de imediato suas atribuições específicas ao ingressar na empresa. A solução encontrada tem sido o treinamento e a formação dentro da própria empresa, partindo de pessoal recém-formado, nas Universidades, em cursos tradicionais de engenharia, geologia, física, etc. Entretanto, o profissional assim formado é muito oneroso para a empresa, além de possuir uma formação relativamente estreita e demasiadamente especializada, sem condições de lidar com uma enorme gama de informações, diversificadas e multidisciplinares, que a moderna informática pode colocar diante do indivíduo em tempo real. Conforme a grade curricular do curso, muitas outras áreas de sombreamento com as profissões geólogo e geofísico poderão ocorrer. Para maiores informações sobre o curso, inclusive a grade

curricular e a ementa das disciplinas, veja www.lenep.uenf.br. Considerando que a regulamentação da profissão de engenheiro de exploração e produção de petróleo, com as atribuições definidas na resolução em estudo pelo CONFEA, afeta profundamente o exercício da profissão de geólogo e geofísico, é necessária a mobilização dos geólogos, por meio de suas associações profissionais, escolas e entidades técnico-científicas no sentido de impedir a regulamentação pretendida.

A AGUSP vai avaliar as alternativas administrativas e legais para lutar contra a usurpação das nossas atribuições profissionais e a invasão do nosso mercado de trabalho. Para participar, como pessoa física ou organização (empresa, associações, sindicatos, escolas, etc), envie uma mensagem para agus@igc.usp.br.

ANUNCIE AQUI!

☎ (81) 3463.1506
9172.5815

wintonjunior@uol.com.br



NOTÍCIAS DO DGEO-UFPE

Seis ex-alunos do Curso de Geologia da UFPE foram chamados para fazer parte do quadro da PETROBRÁS.

Cinco ex-alunos foram aprovados no Concurso de 2004:

- > Francisco Vila Nova
- > Fabiana M. de A. Campelo.
- > Ricardo de Melo Pereira
- > Daniel Henrique Liberal de Moura
- > Maria Caroline do Nascimento

No concurso de 2005 foi aprovado em quinto lugar o ex-aluno:

- > Klayton Jonne Vieira de Melo.

CPRM Serviço Geológico do Brasil

O Deputado petista pernambucano Fernando Ferro, em Sessão na Câmara dos Deputados 008.5.52.E, no dia 19/01/06, discursou em favor da CPRM. Abaixo segue a transcrição do discurso.

"O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro a participação do Serviço Geológico do Brasil, a CPRM, no programa de identificação de nossas jazidas minerais, no estabelecimento de uma política para os minérios no Brasil. Trata-se de uma empresa que tem um histórico de informações sobre essas riquezas, que são importantes e estratégicas para a Nação.

Solicito a atenção do Ministério do Planejamento no sentido de reparar uma injustiça cometida contra os trabalhadores daquela instituição, de forma a garantir a implementação do plano de cargos e salários, para fortalecer a ação desses servidores e dar-lhes mais condições de avançar no domínio das informações sobre nossas jazidas estratégicas, conforme aprovado nesta Casa na medida provisória sobre a reestruturação do setor elétrico.

O SR. FERNANDO FERRO (PT-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Subo à tribuna para saudar os 36 anos de existência do Serviço Geológico do Brasil CPRM. A empresa, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, vem desempenhando, em nome do Estado Brasileiro, o papel de gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico do território.

Graças ao seu trabalho fundamental de retaguarda, o Brasil tem hoje plena consciência de suas vocações mineiras regionais e de sua verdadeira capacidade de suportar, com insumos minerais e hídricos, políticas nacionais de desenvolvimento. O setor mineral primário representa cerca de 7% do PIB, é responsável por 246 mil empregos diretos e é um dos principais vetores de interiorização do desenvolvimento. A geologia é o elo número um da cadeia da indústria mineira. É o fator que atrai os investimentos em pesquisas, que, por sua vez,

geram as minas, que alimentam as indústrias, que garantem a demanda, que gira a roda do crescimento, que produz emprego e renda. Considerando-se o poder indutor apurado pelo IBGE, de 10 empregos na indústria de transformação, para cada emprego primário na extração, pode-se dizer que os empregos de 2,7 milhões de brasileiros dependem da mineração.

A CPRM é a instituição federal que detém as informações completas do ciclo hídrico em nosso território. Além de gerenciar a rede hidrometeorológica nacional, para a Agência Nacional das Águas, com cerca de 4 mil estações de águas superficiais espalhadas de Norte a Sul, o Sistema Geológico Brasileiro gerencia o único banco de dados públicos de água subterrânea do País. São mais de 80 mil registros até o momento, com prioridade para o semi-árido brasileiro.

Em parceria com outros órgãos da administração pública, a CPRM tem sido fundamental na geração de água para as populações da seca nordestina, especialmente nos períodos críticos de escassez hídrica. Seja indicando os locais para novas perfurações, em bases estritamente técnicas, seja perfurando diretamente novos poços, seja ainda recuperando antigas estruturas produtivas, a CPRM, com seu acurado conhecimento dos aquíferos brasileiros, é indispensável para garantir eficiência e eficácia às políticas hídricas em nosso país.

No campo do ordenamento territorial, a CPRM tem atuado com destaque, liderando ou cooperando com inúmeros projetos de zoneamento ecológico-econômico do Consórcio ZEE Brasil, notadamente na Amazônia, onde atualmente participa dos esforços para ordenar a ocupação ao longo da BR 163. Com esse mesmo propósito, importantes contribuições da CPRM foram dadas ao Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, com projetos estruturadores, indispensáveis ao planejamento territorial de suas capitais e entorno.

A CPRM atua em todo o território nacional, com onze unidades operacionais regionais, além de um escritório administrativo, uma sede política, três núcleos de apoio técnico, três centros de treinamento e cinco depósitos regionais. Com um corpo funcional de 1200 trabalhadores, dos quais 500 técnicos de nível superior, a empresa executa hoje mais de uma centena de projetos, tanto institucionais, dentro do PPA 2004-2007, quanto em parcerias com instituições públicas federais, estaduais e municipais e, ainda, com entidades privadas.

O Governo do Presidente Lula, rompendo o ciclo de estagnação que perdurava por vinte anos, patrocinou a retomada da geração sistemática de conhecimento geológico brasileiro, por meio do Programa Geologia do Brasil, do PPA. Desde 2003, estão sendo levantados, pela CPRM, cerca de 300 mil km² do território, ao ano, com mapas geológicos em escalas de planejamento, além de levantamentos aerogeofísicos na Amazônia, Centro-Oeste e Nordeste que, sem a menor sombra de dúvida, irão alimentar um novo ciclo de importantes descobertas de depósitos minerais, semelhante ao que vivenciamos na década de 1970. Estudos do MME indicam que os investimentos atuais poderão elevar para 5 milhões o total de empregos na cadeia mineral, a médio prazo.

Lamentavelmente, apesar de sua importância para a infra-estrutura econômica do País, a CPRM, há mais de vinte anos vem sobrevivendo graças ao ingente

esforço da comunidade mineiro-geológica brasileira. Sucateada em sua infra-estrutura operacional, sem investimentos em modernização e sem uma política salarial compatível, de 1980 até hoje a empresa perdeu nada 70% de seu efetivo de mais de 4 mil funcionários. Hoje, cerca de 1200 remanescentes, com idade média de 54 anos sustentam heroicamente a tarefa inglória de desbravar os interiores do Brasil, de Norte a Sul, na busca de nossas riquezas.

Hoje, os maiores salários nominais da empresa, para aqueles técnicos com mais de 30 anos de experiência, estão em torno de R\$ 4.000,00. Para os iniciantes, oferece-se não mais de R\$ 2.700,00. Não por outro motivo, as três tentativas de concurso público na última década, visando à renovação de quadros, resultaram inócuas.

Visando dotar a empresa de uma estrutura salarial compatível com seu caráter de instituição de pesquisa, geradora de conhecimento e tecnologia geológica, o Ministério de Minas e Energia patrocinou a elaboração de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários, PCCS, para a CPRM, fruto de mais de dois anos de formulações e discussões técnicas, compatibilizado com os padrões dos demais Planos no âmbito governamental e embasado por pesquisa de mercado feita por empresa privada do ramo, onde se verifica defasagens de mais de 50% para todos as carreiras técnicas.

Em sua justificativa de encaminhamento do pleito ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, MPOG, o MME considera a aprovação do PCCS da CPRM como medida urgente, absolutamente necessária para viabilização institucional da empresa e, por conseguinte, para a garantia de alcance da meta governamental de incrementar o conhecimento geológico do país à taxa de 4% ao ano, conforme o PPA 2004-2007.

Desde setembro do ano passado o pleito do MME encontra-se no Ministério do Planejamento, para análise e aprovação. A aplicação plena da proposta encaminhada impactaria a folha de pagamentos da empresa em pouco menos de 30%, algo como um milhão de reais por mês. No entanto, o que é preciso esclarecer é que não se trata de uma proposta corporativista. Estamos falando de uma medida estruturadora necessária para a viabilizar institucionalmente um órgão público vital para o Estado brasileiro.

Em 2003, a MP 144 (Lei 10.848/04), a qual tivemos o privilégio de relatar na Câmara dos Deputados, possibilitou a criação de um fundo institucional, destinando 15% da participação do governo na exploração de petróleo e gás natural para financiar estudos e pesquisas geológicas e geofísicas no nosso território.

Esse esforço mostra a importância atribuída à CPRM, aos seus levantamentos geológicos e hídricos, para os planos governamentais. Portanto não deverá ser somente sob o prisma do impacto financeiro que se decidirá sobre a proposta encaminhada. Mas sim sob o seu significado político e institucional. Trata-se, em última instância de decidir se se quer ou não a continuidade da CPRM. E nesse sentido, além dessa defesa pública que aqui faço constar, solicitarei audiência aos senhores Ministros Silas Rondonau, de Minas e Energia, e Paulo Bernardo, do Planejamento, para que não se retarde a aprovação do Plano de Cargos e Salários da CPRM."